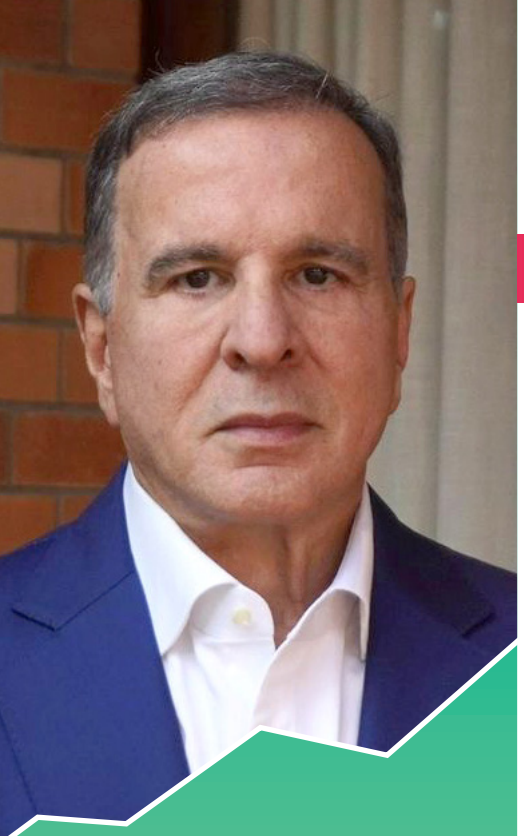


Artigo

A República da atenção

Desinformação digital e impactos nas instituições brasileiras

Murillo de Aragão

Advogado, mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha

Quem governa hoje administra políticas públicas e, ao mesmo tempo, as percepções que se formam sobre elas. Com frequência, é a segunda tarefa que decide a sorte da primeira. Nas minhas análises chamo isso de sensação térmica: o termômetro marca 24 graus, mas a população sente 27. A distância entre a temperatura medida e o calor percebido nasce do conjunto de informações que chega ao cidadão e ao governante, e é essa distância que vem orientando, cada vez mais, a decisão política.

Conta-se de um pregador que deixava à margem do sermão um lembrete para si mesmo: argumento fraco, gritar mais alto. A anotação serviria hoje a muita gente com conta nas redes, com uma diferença importante. No púlpito o grito tinha o limite da nave da igreja. No *feed* ele é medido, recompensado e multiplicado.

A disputa pela atenção, é claro, não começou agora. O teatro, o romance e depois a imprensa sempre competiram por olhares. O que mudou foi o regime da informação. Durante séculos um número pequeno de autoridades filtrava o que chegava ao público: o governo, os jornais, a universidade, alguns formadores de opinião respeitados. A influência derivava dessa autoridade. A internet desmontou o arranjo e as redes sociais o pulverizaram. Na minha geração, a chegada da *Barsa*, ou da *Britânica* nas casas mais abastadas, era um acontecimento familiar; quem ainda guarda uma enciclopédia na estante a mantém como peça de decoração. A informação deixou de ser produzida por poucos e passou a ser produzida por todos, sem que a capacidade de a verificar crescesse no mesmo ritmo.

No Brasil esse processo tem um endereço conhecido. O WhatsApp chegou a liderar a lista das fontes de notícia dos brasileiros e ainda divide o topo com YouTube e Instagram, cada um usado por

pouco mais de um terço dos entrevistados, segundo o *Digital News Report 2025* do Instituto Reuters. O aplicativo tem uma característica que agrava o problema. É um ambiente fechado, de grupos de família, igreja e trabalho, onde não existe filtro editorial e a mensagem chega com a credibilidade de quem a encaminhou.

O efeito é uma inundação. Ouvi certa vez de um profissional da área de inteligência que, numa enchente, o primeiro bem a faltar é a água potável, porque a cheia destrói os sistemas de filtragem. Na enchente todo mundo procura água mineral. Vivemos algo parecido: informação em excesso, pouca capacidade de separar o que presta, e um cidadão sobrecarregado que perde a condição de examinar o que recebe. Nesse ambiente o escândalo sobe à superfície, porque a indignação prende o olhar com mais facilidade do que a explicação. O que antes era território da imprensa sensacionalista, como a *Luta Democrática* de Tenório Cavalcanti, virou produção industrial de factoides. Costumo comparar o factoide à feijoada: leva orelha, rabo, pé e costela de porco, e nem por isso é um porco. Reúne pedaços de fatos sem chegar a ser um fato.

Sobre esse terreno vieram as notícias falsas e, agora, os *deepfakes*. As plataformas desenvolvem algoritmos que aprendem o que cada usuário prefere e lhe oferecem mais do mesmo, porque o modelo de negócio delas lucra com a cheia, e os influenciadores lucram junto. Vejo essa história em quatro fases. A primeira foi a do controle estatal, pela censura ou pelo imposto. Há uma curiosidade aqui: o formato largo dos jornais ingleses deve muito ao Stamp Act de 1712, que passou a tributar os periódicos pelo número de folhas e levou os editores a imprimir em folhas maiores. A segunda foi a da propaganda de massa do século XX, política primeiro e comercial depois, de Mussolini aos publicitários de *Mad Men*. A terceira foi a internet. A quarta é a da inteligência artificial, em que o trabalho antes feito à mão passa a ser encomendado a um agente que redige, distribui, define a estratégia e a executa a partir de uma instrução simples, algo como quero que esta notícia ganhe tração.

A República é afetada porque a atenção gera influência, a influência molda percepções e as percepções acabam se convertendo em decisões. Às massas do século XX, descritas por Ortega y Gasset, juntaram-se as massas digitais, que não precisam ir às ruas e voltar para casa. Elas funcionam o dia inteiro e servem tanto para levar gente às ruas quanto para manter a mobilização permanente nas telas. O batismo dessa força ocorreu em Madri, em 2004. Depois do atentado de Atocha, a insistência do governo em atribuir o ataque ao ETA provocou uma onda de mensagens de celular que convocou protestos e, três dias depois, tirou do poder o partido que era favorito, levando Zapatero à chefia do governo. Seguiram-se a Revolução Laranja na Ucrânia, a Primavera Árabe, as jornadas brasileiras de 2013 e a mobilização digital pelo *impeachment* de 2016. Desse percurso nasceram as bolhas, que precisam de alimentação constante. Como a atenção se mede hoje em segundos e a realidade costuma andar mais devagar do que a pararrealidade, é esta que vai reescrevendo os fatos.

A autoridade científica passou a competir com receitas de internet que prometem curar até apendicite com Coca-Cola e beterraba, e agora também com médicos inexistentes, fabricados por inteligência artificial

O Brasil conhecia o veneno muito antes do digital. Em outu-

A confiança nas instituições vem caindo desde que, a partir dos anos 1960, a autoridade passou a ser avaliada pelo desempenho. O mérito das decisões públicas acaba soterrado pela maré que invade a caixa postal de quem decide

bro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou cartas atribuídas a Arthur Bernardes, depois reconhecidas como falsas, com ofensas ao Exército e ao marechal Hermes da Fonseca. A indignação nos quartéis alimentou o tenentismo e desaguou, em julho de 1922, na marcha dos 18 do Forte pela Praia de Copacabana. Em 1937, o Plano Cohen, um documento forjado que descrevia uma conspiração comunista, serviu de pretexto para o Estado Novo. O falso e o verdadeiro sempre se misturaram em nossa vida pública. O que o mundo digital acrescentou foi escala. Basta lembrar os jovens de Veles, na Macedônia do Norte, que fabricavam notícias falsas sobre a eleição americana de 2016; o caso Cambridge Analytica, que atravessou a campanha de Trump e o debate do Brexit; o vídeo forjado em que Zelensky pedia às tropas que se rendessem, em plena guerra; a voz clonada de Biden desestimulando eleitores democratas a votar nas primárias de New Hampshire; e os *deepfakes* usados por vários lados na eleição indiana de 2024.

As consequências institucionais já são visíveis. A autoridade científica passou a competir com receitas de internet que prometem curar até apendicite com Coca-Cola e beterraba, e agora também com médicos inexistentes, fabricados por inteligência artificial. O país atravessa crises em série desde a redemocratização, quase sempre ligadas às sucessões presidenciais, e a desinformação acentua o desgaste. A confiança nas instituições vem caindo desde que, a partir dos anos 1960, a autoridade passou a ser avaliada pelo desempenho, e não pela simples existência. O mérito das decisões públicas acaba soterrado pela maré que invade a caixa postal de quem decide. Em janeiro de 2025, a Receita Federal estendeu às *fintechs* a obrigação de informar movimentações acima de certos valores, regra que os bancos já cumpriam. O deputado Nikolas Ferreira publicou um vídeo sugerindo que a taxação do Pix poderia vir, ultrapassou 100 milhões de visualizações em um dia e a norma, em vigor havia duas semanas, foi revogada. Em maio, no mesmo formato, Nikolas tratou das fraudes no INSS e terminou o vídeo com a própria imagem envelhecida por efeito digital. Foram outros 100 milhões de visualizações em 24 horas e um apelo direto aos presidentes da Câmara e do Senado, que ajudou a levar o Congresso à CPMI do INSS.

A segurança pública é pressionada pela cultura do crime que circula nas redes, e a cobrança por respostas imediatas atropela o planejamento de longo prazo. A Islândia levou quase duas décadas para reduzir de 42% para 5% a parcela de jovens de 15 e 16 anos que haviam se embriagado no mês anterior, com pesquisa contínua nas escolas, participação dos pais, investimento em esporte e restrição de horários. Nenhum desses resultados caberia no tempo de um ciclo de notícias. A saúde pública é atingida por remédios falsos vendidos a doentes desesperados, e a circulação de pornografia, de material de abuso infantil e de discursos de ódio é uma tragédia em curso. Outros países já reagem. A Austrália proibiu o acesso de menores de 16 anos às principais redes em dezembro de 2025. A França aprovou em julho de 2026 uma proibição para menores de 15 anos, derrubada semanas depois pelo Conselho Constitucional por violação desproporcional à liberdade de expressão, o que mostra como é estreita a passagem entre proteger e censurar. Na Justiça, juízes passaram a ser cobrados na

rua por suas decisões, e essa exposição pesa sobre a independência de quem julga.

Tudo isso ocorre em meio a uma polarização que sempre existiu no país, mas nunca foi tão mal-educada. A transição de Fernando Henrique para Lula, em 2002, foi exemplar: as equipes dos dois governos trabalharam juntas, a política econômica foi preservada e o PSDB apoiou no Congresso as primeiras reformas do novo governo. Hoje o adversário é tratado como inimigo a ser destruído. A fragmentação resultante alimenta o que chamo de gatopardismo, termo que tomo emprestado de Lampedusa. Em *O Leopardo*, Tancredi explica ao tio, o príncipe de Salina, que é preciso que tudo mude para que tudo continue como está. Daí as reformas de baixo impacto, sempre na forma de puxadinho. Some-se a isso a guerra por procuração entre Executivo e Congresso, travada no Supremo Tribunal Federal, que se tornou na prática uma terceira Casa legislativa, chamado com frequência a reexaminar leis aprovadas e sancionadas. Os jornais chegaram a noticiar encontros na casa de um ministro do STF com o presidente da República e o chefe do Legislativo, como se a paz entre os Poderes precisasse de um mediador togado.

Estamos preparados para esse mundo? Não estamos, e a razão é simples. O combate à desinformação virou mais um campo da disputa política, e a pergunta deixou de ser como reduzir os danos para se tornar quem ganha com cada regra. Sem consenso, a educação midiática fica no papel e a responsabilização das plataformas não avança no Congresso. Censurar conteúdo é o caminho errado. O correto é responsabilizar as empresas pelo modo como desenham, impulsionam e lucram com a circulação do que é falso. Como o Legislativo deixou o projeto das *fake news* morrer, até essa tarefa acabou no Supremo, que em 2025 revisou o artigo 19 do Marco Civil da Internet. Com a eleição no horizonte, é difícil esperar que o tema volte ao Parlamento com serenidade.

Delfim Netto costumava dizer que o Brasil caminha rente ao precipício, mas na hora de pular dá um passo atrás e se arranja. Foi assim com o Plano Real, e foi assim em 2020, quando o Congresso aprovou o auxílio emergencial em poucos dias e, logo depois, o Orçamento de Guerra da pandemia. Há, porém, uma diferença que me preocupa. Esses recuos aconteceram diante de crises agudas, em que o perigo tinha data e rosto. A desinformação produz desgaste crônico. Ela não oferece o dia do susto que costuma nos fazer recuar, e por isso o risco mais sério está na erosão lenta da capacidade das instituições de decidir com base em fatos. Uma República que governa pela sensação térmica acaba descobrindo tarde demais a temperatura real.

Murillo de Aragão escreve a cada bimestre.

